

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS

HEBERSON PINTO

**ADEQUAÇÃO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal – RO
2010

ADEQUAÇÃO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Por:

HEBERSON PINTO

**Artigo apresentado à Universidade Federal de
Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação
da Professora Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro.**

**Cacoal – RO
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Adequação das Pequenas Propriedades Rurais ao Desenvolvimento Sustentável e à Legislação Ambiental”, elaborado pelo acadêmico Heberson Pinto, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Prof^a Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro. Orientadora/UNIR
Presidente

Prof. MSc. Geraldo da Silva Correia - UNIR
Membro

Prof^a. MSc. Liliane Maria Nery Andrade - UNIR
Membro

Média

Cacoal - RO

2010

***“Agradeço a Deus por permitir trilhar caminhos desconhecidos,
sob as suas orientações de forma amorosa em todos os
momentos proporcionados.***

***Seu jeito de me ensinar agraciado na forma de cada um dos mestres, que orientava e se colocavam
à disposição nas horas vagas além das horas em sala de aula para sanar dúvidas ou apenas para
descontrair nos bate-papos.***

***Aos amigos e colegas que agregamos no decorrer dos semestres, na convivência, nos conflitos e
nos momentos de alegria.***

À orientadora deste Artigo pela dedicação e paciência junto ao orientando.”

Heberson Pinto

DEDICATÓRIA

“Aos meus Pais

***Ataydes Pinto e Maria Ruth Pinto,
por estarem sempre ao meu lado de forma incondicional.***

***A Josiane Paula Leite, pela amizade,
companheirismo e carinho proporcionado no dia-a-dia.”***

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 PROPRIENDEADE RURAL	07
1.1 CONCEITO	07
1.2 TIPO DE PROPRIEDADE RURAL	08
2 DESENVOLVIMENTO	09
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	09
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	12
3.1 RESERVA LEGAL – RL	13
3.2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP	13
3.3 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
3.4 CRIMES AMBIENTAIS	16
3.5 MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	17
4 PESQUISA DE CAMPO: RESULTADO E DISCUSSÃO	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23
OBRAS CONSULTADAS	24

ADEQUAÇÃO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Heberson Pinto¹

RESUMO: O artigo se estrutura de forma a compreender determinados pontos que abrangem a legislação ambiental no que se refere adequação das pequenas propriedades rurais, uma vez que tais propriedades, ao desenvolver suas atividades tendo como parâmetro os princípios de sustentabilidade, tendem a contribuir significativamente para com a manutenção do ambiente natural. Dentre as abordagens efetuadas, destaca-se a importância de distinguir reserva legal de área de preservação permanente na forma que relata a norma vigente, além de se buscar conhecer as ações ou atos que estão tipificados como crime contra o meio ambiente pela legislação ambiental. A pesquisa foi estruturada tendo por base o método dedutivo.

Palavras-chave: Propriedade rural. Desenvolvimento sustentável. Legislação ambiental.

INTRODUÇÃO

O estudo propõe-se a ampliar a concepção da necessidade em desenvolver as atividades existentes na propriedade rural de modo sustentável em adequação à legislação ambiental, a qual busca minimizar ou mesmo cessar a crescente degradação a que está exposto o ecossistema das propriedades rurais pesquisadas, de maneira a propiciar aos proprietários conter os desvios dos recursos naturais que provocam impactos, de maneira que o dono da propriedade rural tenha a consciência para compreender que os recursos naturais são fontes limitadas, haja vista a necessidade de conscientizar o valor imensurável para o planeta e a sobrevivência do seres em relação aos recursos que o meio ambiente proporciona.

Compreender o desenvolvimento sustentável é uma forma de poder interagir em diversas áreas na sociedade, pois passa tratar a busca de melhor condição de vida de um futuro presente, tendo que se adequar as suas necessidades. Ou seja, necessidades saciáveis ou insaciáveis. A pesquisa viabilizará a compreensão da contextualização vivenciada na prática

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis na Fundação Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Cacoal, com orientação da Prof^a. Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro para elaboração do TCC.

pela comunidade da zona rural no município de Theobroma/RO, nos Projetos de Assentamentos Lagoa Nova, Rio Branco e Santa Catariana.

Propõe-se a realização junto aos proprietários de pequenos imóveis rurais no intuito de identificar qual o conhecimento e as fontes de informação de que os mesmos dispõem acerca da legislação ambiental e os preceitos do desenvolvimento sustentável, identificando assim as possibilidades de adequação dos mesmos à lei e às normas de mercado no que tange a estas questões.

Em face à emergência da questão ambiental, a questão investigada neste trabalho é: os donos de pequenas propriedades rurais dos projetos de assentamentos no município de Theobroma/RO adotam medidas que possibilitem a adequação de suas atividades ao que estabelece a legislação ambiental e os preceitos de desenvolvimento sustentável?

Portanto, este artigo tem como objetivo verificar a adequação das pequenas propriedades rurais objeto de estudo à legislação ambiental identificada as fontes de informação que dispõem para se adequar aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Este trabalho justifica-se pela difusão do desenvolvimento sustentável e a legislação ambiental junto às pequenas propriedades rurais, podendo identificar as dificuldades em relação à compreensão do dispositivo que regulamenta a exploração do meio ambiente sem degradação, com a atual situação que está ocorrendo e suas mudanças para adequação a esta legislação.

Para responder essa questão da pesquisa fora utilizado o método dedutivo, utilizando-se de técnica de pesquisa bibliográfica exploratória na contextualização empírica de acordo com procedimento científico, por meio do qual fora aplicado questionários para atingir os objetivos.

O universo pesquisado realizados estudos tendo por base pequenas propriedades rurais nos projetos de assentamentos no Município de Theobroma/RO, utilizado uma amostra de 15% dos imóveis rurais dos assentamentos Lagoa Nova, Rio Branco e Santa Catarina, de um total de 393 imóveis rurais para subsidiar a pesquisa.

O trabalho é dividido em cinco sessões, sendo que as três primeiras reportam a fundamentação teórica, conforme segue: a primeira aborda conceitos relativos a propriedade rural; a segunda em aspectos gerais aborda questões inerentes ao desenvolvimento econômico e sustentável e, na terceira sessão a temática abrange a legislação ambiental, restringindo-se à itens como reserva legal, área de preservação permanente, área de reserva de desenvolvimento sustentável e crimes ambientais.

A quarta sessão apresenta os dados da pesquisa apurados; e, na quinta sessão são apresentadas as considerações finais.

1 PROPRIEDADE RURAL

1.1 CONCEITO

Com relação à propriedade rural, o Estatuto da Terra em seu Artigo 2º prevê que a função social deve ser exercida na propriedade como fonte de subsistência ao agricultor e a sua família.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

O referido Estatuto, em seu Artigo 4º, observa a forma plausível de utilização ou exploração do imóvel rural, estabelecendo que pode ser explorado pelo proprietário e sua família, de modo a atingir o desenvolvimento social e econômico para satisfação das necessidades do sustento da vida, mediante o trabalho.

De acordo com Iwasaki (2007), a Constituição Federal de 1988 contribui para garantir alguns elementos mínimos que possibilitam e restringem o exercício do uso da propriedade, conforme o título dos direitos e garantias fundamentais, de maneira que estende o sentido da função social da propriedade.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social. (BRASIL, 2007).

No que diz respeito à propriedade atender a função social, conforme a Constituição Federal de 1988 se faz necessário que a pequena propriedade rural definida por lei, seja trabalhada pela família. A mesma não poderá ser penhorada para pagamentos de dívidas decorrentes de sua atividade produtiva, com vistas ao financiamento do seu desenvolvimento.

De igual sorte, estabelece que a pequena propriedade rural não pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, a menos que seu proprietário possua outra (BRASIL, 2007).

O conceito de pequena propriedade rural foi regulamentado pela Lei nº 4.771 de 1965, conhecida como Código Florestal, o qual define em seu Art. 1º:

[...]

I - Pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou do extrativismo, cuja área não supere:

- a) Cento e cinquenta hectares se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e oeste do meridional de 44° W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense;
- b) Cinquenta hectares, se localizada no polígono das secas ou a leste do Meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão; e
- c) Trinta hectares, se localizada em qualquer outra região do País (MORAES, 2005, p. 131)

A propriedade rural localizada no Estado de Rondônia é considerada pequena até cento e cinquenta hectares (medida agrária). Hectare é equivalente a um hectômetro quadrado. Logo, um hectômetro quadrado equivalente cem metros.

1.1 TIPO DE PROPRIEDADE RURAL

O tipo de propriedade rural foi regulamentado pela Lei nº. 8629 de 1993, que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, conforme dispõe seu Art. 4º:

I – Imóvel Rural – o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial;

II – Pequena Propriedade – o imóvel rural:

- a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.

III – Média Propriedade – o imóvel rural:

- a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

Parágrafo único. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural. (CAMPANHOLE et. al., 1993, p. 241)

Para ter melhor compreensão do que se remete a módulos fiscais, deve-se reportar a década de 1980, através do Decreto nº 84.684 que traz a seguinte regulamentação no que tange o módulo fiscal:

O módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, será fixado pelo INCRA, através de Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores:

- a) o tipo de exploração predominante no município; I – hortifrutigranjeira; II – cultura permanente; III – cultura temporária; IV – pecuária; V – florestal;
- b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- d) o conceito de "propriedade familiar", constante do art. 4º, item II, da lei 4504, de 30 de novembro de 1964.

§ 1º. Na determinação do módulo fiscal da cada município. O INCRA aplicará metodologia, aprovada pelo Ministro da Agricultura, que considere os fatores estabelecidos neste artigo, utilizando-se dos dados constantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

§ 2º. O módulo fiscal fixado na forma deste artigo, será revisto sempre que ocorrerem mudanças na estrutura produtiva, utilizando-se os dados atualizados do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Portanto, o Estado de Rondônia, que está localizado na região da Amazônia Legal, que delimita o tamanho da pequena propriedade rural a até 150 hectares.

2 DESENVOLVIMENTO

Diante do imaginário, tudo pode ser construído de forma que altera a direção, o entendimento, a fragilidade das coisas, as quais são modificadas para o benefício de uma pessoa, de um grupo, de vários grupos, de povos, de uma nação, próprio planeta terra. Direção que traz benefícios ou não? Sabe-se que tudo que ao expandir pode ter a expressão de estar em desenvolvimento. Compreensão que deve permear a necessidade do ser humano em sua satisfação de modo a contribuir, sem que altere o bioma do planeta.

A compreensão do desenvolvimento, de acordo com Gorbachev (2008), não visualiza apenas as considerações econômicas, nem pode ater-se a métodos quantitativos, mas, agregar métodos qualitativos, de modo que promova ações objetivamente necessárias para satisfazer os imperativos sociais e ecológicos.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico representa a ampliação da quantidade física de bens e serviços produzidos pela economia, implicando mudanças estruturais, conseguinte as melhores condições de vida da população, medido por indicadores econômicos e sociais.

Souza (2007, p. 330), assevera que se percebe o desenvolvimento ao se observar as seguintes condições:

A primeira condição do desenvolvimento é a de que a taxa de crescimento do produto seja *sistematicamente* superior à taxa do crescimento demográfico, isto é, que a renda *per capita* esteja crescendo. Em segundo lugar, é necessário que esteja ocorrendo uma melhoria da distribuição de renda em favor das classes menos favorecidas. Isso pode ser observado pelo aumento da participação das classes inferiores de renda no total da renda nacional e redução do número de pobres em relação à população total, queda do desemprego etc. [grifo do autor].

De acordo com Silva (2007, p. 27), o desenvolvimento econômico versa a aplicação direta de toda a capacidade do ser humano em tecnologia no intuito de criar formas de substituir o que é oferecido pela natureza, como apropriação de lucro em forma de dinheiro, que leva muitas das vezes a ser confundido com melhor ou pior qualidade de vida. “Se o desenvolvimento não elimina a pobreza absoluta, não propicia um nível de vida que satisfaça as necessidades essenciais da população em geral, ele não pode ser qualificado de *sustentável*.” [grifo do autor].

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com a evolução das ciências pode-se perceber que existe a necessidade do ser humano harmonizar suas ações em benefício do meio ambiente, não voltado somente ao lucro remunerando do capital, mas a necessidade de remunerar a satisfação do ser no *habitat* em que vive. Este passa a ser uma espécie em direção da extinção pelos atos que conduzem a fragilidade atípica à harmonia dos recursos naturais. Conscientizando que tais recursos são finitos, colocando em risco não apenas a satisfação do ser humano no presente, mas também comprometendo as condições ou qualidade de vida para as gerações futuras.

Pensar em desenvolvimento sustentável implica em promover condições que possam trazer satisfação ao presente de modo a não agredir as realizações das gerações futuras, conforme Mawhinney (2005, p. 57), “[...], o desenvolvimento sustentável não é a causa de um homem rico e entediado, mas sim uma preocupação fundamental com o destino da população do planeta”.

Para Gorbachev (2008), desenvolvimento sustentável é denominado como projeto, que tem como finalidade assegurar a sobrevivência da humanidade a longo prazo.

Conforme Kraemer e Tinoco (2006) evidenciam, a consciência ambiental ganha proporções a partir das décadas de 1960 e 1970, com as transformações culturais, fazendo-se notável nos anos 80, por meio de investimentos em proteção ambiental. Tais investimentos passam a serem vistos como custos pelas empresas, tendo postura contrária à opinião comum

da época. Ao investir nesta área as empresas com visão futurista viam basicamente as perspectivas de se obter vantagem competitiva.

No início da transformação cultural, inicia-se os movimentos que podem ser citados como marco desta preocupação com o meio ambiente. Nesse ambiente, a Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, foi um marco que resultou na Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, criando no mesmo ano o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairobi.

Kraemer e Tinoco (2006) discorrem sobre o movimento que se estrutura em documentos que regem de forma a promover a conscientização em proteger o meio ambiente, como fator principal a sobrevivência do ser humano.

Em 1983, a ONU cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com um organismo independente. Em 1987, a comissão sobre a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, materializa um dos mais importantes documentos do nosso tempo – o relatório *Nosso futuro comum*, responsável pelas primeiras conceituações oficiais, formais e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável – idéia-mestra do relatório. Em seu segundo capítulo – “Em busca do desenvolvimento sustentável” -, o relatório define o desenvolvimento sustentável com “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” Contém dos conceitos-chave: o de “Necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade”; e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Em 1992, no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reconheceu-se a importância de assumir a idéia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento (2006, p. 134).

Almeida (2002), sintetiza que na economia no mundo sustentável, a atividade não pode ser pensada ou praticada de forma distinta, pois tudo está harmoniosamente relacionado, em permanente diálogo.

Segundo Souza (1995), o objetivo do desenvolvimento para economia é conhecer e investigar a origem, na distribuição de renda ou emprego dos bens escassos. Percebe-se que mesmo ao relatar o desenvolvimento no setor agrícola na década de oitenta e início dos anos noventa, não há uma preocupação com meio ambiente, condiciona em dinamismo de crescimento da renda nacional, da política de preços e de crédito, que se reflete na oferta de bens agrícolas, sem preocupar com recursos naturais.

Nesse aspecto, o desenvolvimento no setor agrícola atual está se conscientizando de seu papel social e ambiental. Através de uma prática agrícola sustentável, provocando

mudança de valores e de orientação em suas atividades, preconizando a forma de trabalho que seja sustentável e preservando o meio ambiente, com responsabilidade social (ALMEIDA, 2002).

O desenvolvimento influencia a atividade econômica das propriedades rurais, atividade pela qual deve ser exercida de modo consciente do significado da escassez de recursos naturais. Segundo Almeida (2002, p. 79), para promover esta conscientização faz-se necessário ter:

A base do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços refletem com transparência os custos, incluindo os ambientais. Se os preços são fixados adequadamente, sem estarem, por exemplo, mascarados por subsídios e políticas protecionistas, a competição estimula os produtores a usar o mínimo de recursos, reduzindo o avanço sobre os sistemas naturais. Também os estimula a minimizar a poluição, se são obrigados a pagar pelo seu controle e pelos danos que causa ao meio ambiente. E, ainda, promove a criação de novas tecnologias para tornar a produção mais eficiente do ponto de vista econômico e ambiental.

Destaca-se que a utilização dos meios produtivos de maneira adequada e eficiente na propriedade rural cumpre no que se refere à função social, o previsto na Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 186, II estabelece que a “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”. De tal forma que exerce o que preconiza o princípio do desenvolvimento sustentável, haja vista a necessidade de satisfazer o momento atual, sem colocar em risco a satisfação das gerações futuras.

3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Observa-se que a legislação ambiental no Brasil teve início no começo do século XX, mais precisamente na década de 30, no governo de Getúlio Vargas. Com o decorrer dos anos foram ocorrendo mudanças que contribuíram na formatação das leis, medidas provisórias, decretos, resoluções e outros aditivos que permeiam qualquer atividade que possa causar impactos ao meio ambiente.

No amparo dos aditivos legais na legislação ambiental brasileira é propício o trabalho discorrer de forma a averiguar o ponto em relação à manutenção de pequenas propriedades rurais conforme definições acima citado.

Nesse sentido definir no que se refere à legislação a propriedade rural em relação a reserva legal, a áreas de preservação permanente.

3.1 RESERVA LEGAL - RL

De acordo com o Código Florestal em seu Art. 1º e inciso III, a Reserva Legal (RL), é a área localizada no interior da propriedade ou posse rural, o uso dos recursos naturais de forma sustentável, visando à conservação e proteção desses recursos. O Estado de Rondônia está localizado na Amazônia Legal, área a qual se destina à reserva legal, 80% (oitenta por cento) da propriedade rural, de acordo com Código Florestal em se Art. 16.

A reserva legal é independente da área de preservação permanente. Porém, só será admitido agregar as áreas relativas à vegetação nativas, quando a soma excederem os 80% (oitenta por cento), da Reserva Legal (ARAÚJO, 2005).

Conforme o § 2º e 3º, do Art. 16º (id., 135), é permitido a exploração da área, mediante manejo florestal sustentável, com autorização dos órgãos competentes, haja vista, que não ocorrerá modificação na vegetação nativa ou altere a utilidade ambiental. No que diz respeito à pequena propriedade poder ser agregado à reserva legal “[...] os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, composta por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas” (Código Florestal, § 3º).

3.2 ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP

A área de preservação permanente (APP) é conceituada nos Arts. 2º e 3º do Código Florestal como sendo áreas que diretamente possam causar impactos ambientais tais como: degradação, causada pela atividade não planejada próximos a rios, lagos, nascentes denominadas “olhos d’água”, topo de morros, encostas, manguezais, chapadas ou em altitude superior a 1.800 (mil oitocentos) metros independente da vegetação.

O uso incorreto dessas áreas pode causar impacto mediante degradação, por meio de erosão, com isso pode haver deslizamento de terras, provocando assoreamento dos rios, lagos ou matando nascentes, e no que diz respeito à qualidade da água para os seres vivos.

No entanto, o Código Florestal estabelece limitações e forma ao uso das áreas de preservação permanente, de acordo com Art. 2º e alíneas.

Considera-se preservação permanente, pelo efeito do referido Código as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) ao longos dos rios ou de qualquer cursos d'água desde o seu nível mais alto em faixa cuja largura mínima seja:
 - 1) De 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - 2) De 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
 - 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) metros de largura;
 - 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham de 500 (quinhentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'águas que naturais ou artificiais;
- c) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- d) No topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) Nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- f) Nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- h) Em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (ARAÚJO, 2005, p. 132).

De acordo com o Artigo 12º do Código Florestal, não é considerada área de preservação permanente as compostas por florestas plantadas, sendo livre a extração dos produtos florestais derivados das mesmas.

Na área de preservação permanente é permitido o desenvolvimento de atividades, desde que seja de interesse social, intervenção ou impacto ambiental, conforme a Resolução CONAMA nº 369/06, que estabelece nos termos do Art. 2º, inciso II, alíneas "a" e "b" que são considerados:

II - interesse social:

- a) as atividades imprescindíveis a proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, de acordo com o estabelecido pelo órgão ambiental competente;
- b) o manejo agroflorestal, ambientalmente sustentável, praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterize a cobertura vegetal nativa, ou impeça sua recuperação, e não prejudique a função ecológica da área. (CONAMA, 2008, p. 100)

A intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em área de preservação permanente, em pequena propriedade, refere-se "[...] a abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água, ou a retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável". Impactos ambientais, o qual não poderá exceder 5% (cinco por cento), da área de preservação permanente (CONAMA, 2008, p. 100).

3.3 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A reserva de desenvolvimento sustentável está implícita no Art. 225, da Constituição Federal de 1988, na preservação e restauração do meio ambiente. A Lei nº 9.985 de 2000 regulamenta no que se refere a reserva de desenvolvimento sustentável, disposto em seu Art. 20 que:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais cuja a existência baseia-se em sistemas sustentável de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção do diversidade biológica.

O § 1º do referido artigo dispõe que a promoção da preservação da natureza, de forma que sejam explorados seus recursos naturais na contribuição e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residente na área, às quais necessitam da reserva para manter suas necessidades. Pois é preservado o ambiente, de maneira a aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas utilizadas na atividade.

O § 5º é direcionado as atividades que podem ser desenvolvidas na área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, atividades estas que deverão seguir condições dispostas nos incisos deste parágrafo:

- I. é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;
- II. é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à previa autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamentos;
- III. deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e
- IV. é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área. (ARAÚJO, 2005, p.288)

O plano de manejo de uma reserva de desenvolvimento sustentável é concedido através de aprovação do Conselho Deliberativo, conselho este constituído pelo órgão responsável em administrar a reserva. São representantes dos órgãos públicos, organizações da sociedade civil das populações residentes na área. Pois definira forma de atividades que serão desenvolvidas na área da reserva de acordo a disposição do art. 20.

3.4 CRIMES AMBIENTAIS

A Lei de Crimes Ambientais, de nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o instrumento que permeie a condutas e atividades para com meio ambiente em relação a crimes outrora não existia meios de sanções a desvios no amparo da defesa ao cidadão de seus direitos em ter habitat ecologicamente equilibrado que proporcione uma qualidade de vida mais saudável a si e a gerações futuras.

A lei está dividida em VIII Capítulos, sendo um total de 82 artigos, teve 07 artigos vetados, também há vetos de alguns parágrafos e incisos, medidas tomadas a garantir atualização da mesma. (LEI 9.605, 1998)

No que refere à lei salienta em seu Capítulo V, reporta a crimes contra o meio ambiente, os artigos 38, 39 e 44 norteiam os crimes contra a área de preservação permanente, tal qual a sanções legais que pode ser considerada dolo, com pena de detenção de um a três anos, ou multa ou ambas as penas cumulativamente. Pois, se acaso o crime for considerado culposos, haverá redução da pena pela metade.

Infringe-se a Lei ao desrespeitar o teor das normas vigentes, como a retirada de árvores da floresta considerada de preservação permanente sem prévia autorização dos órgãos competentes.

O teor da Lei em detrimento à aplicação da pena, verificará a gravidade da ação ocorrida contra o meio ambiente em consonância com o Código Penal, mediante vistoria, laudo, perícia e outros meios que mensure o grau da infração, proporcionando sustentação na aplicação da pena na forma da lei.

O Capítulo VI da Lei de Crimes Ambientais norteia os atos que acarretam infrações administrativas ambientais, sendo todos aqueles que venha ferir a norma jurídica de “uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”. A lei assegura o direito ao infrator de ampla defesa, desde que se cumpra a o que a normas estabelece. (BRASIL, 1998, p. 28).

Fica explícito nesta lei que os valores a ser pago na aplicação da multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma e outra medida pertinente a ação cometida, sendo que os valores terão a correção periodicamente, mediante índices determinado pela legislação concernente. Pois estes valores poderão variar de R\$ 50,00 (cinquenta reais) o mínimo chegando a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em consequência do grau da infração. (LEI 9.605, 1998)

3.5 MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

O Projeto de Lei nº 144/2010, apresentado pelo Senador Acir Gurgacz, proporciona uma nova redação ao que diz respeito área de reserva legal do disposto no Art. 16 da Lei 4.771/65, nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67/2001, a qual prevê que 80% (oitenta por cento) da propriedade rural é considerado a área de reserva legal. De acordo com o Projeto Lei nº144/2010, disposto o Art. 1º norteara a seguinte redação:

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativas, ressalvadas as situadas em áreas de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal:

I – na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal, no mínimo:

- a) oitenta por cento, quando sua posse ocorreu pela primeira vez a partir de 24 de agosto de 2001;
- b) cinquenta por cento, quando sua posse ocorreu pela primeira vez de 15 de setembro de 1965 a 23 de agosto de 2001;
- c) vinte e cinco por cento, quando sua posse ocorreu pela primeira vez até 14 de setembro de 1965;

II – na propriedade rural situada em área de cerrado localizado na Amazônia Legal, no mínimo:

- a) trinta e cinco por cento, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia e seja averbada nos termos do § 8 deste artigo, quando sua posse ocorreu, pela primeira vez, a partir de 24 de agosto de 2001;
- b) vinte e cinco por cento, quando sua posse ocorreu primeira vez até 23 de agosto de 2001;

III – na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País, no mínimo vinte por cento;

IV - na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País, no mínimo vinte por cento.

Portanto, com a nova redação prevêem uma redefinição as dimensões da área de reserva legal e faz cessar o curso dos processos judiciais e anula eventuais sentenças proferida referente a área de reserva legal. Seguindo a formalidade de cada aquisição da propriedade de acordo com a lei vigente na aquisição do imóvel rural.

4 PESQUISA DE CAMPO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada nos projetos de assentamentos Lagoa Nova, Rio Branco e Santa Catarina, localizado no município de Theubroma/RO. Foram visitados 58 imóveis rurais, que caracterizara proporção de uma propriedade para outra aproximadamente 25 hectares cada.

Pode-se perceber na Figura 01 que o Projeto Assentamento Rio Branco obtém 47% das propriedades visitadas, caracterizado em uma amostra da somatória dos três assentamentos aproximadamente de 15% de todo no universo de 393 propriedades rurais. No Projeto Assentamento Rio Branco foram visitadas 28 propriedades rurais, de um total de 191 propriedades. No Projeto Assentamento Lagoa Nova caracteriza 29%, sendo 16 propriedades rurais de 108 propriedades e o Projeto Assentamento Santa Catarina representa 24%, tendo visitado 14 propriedades rurais num universo de 94 propriedades.

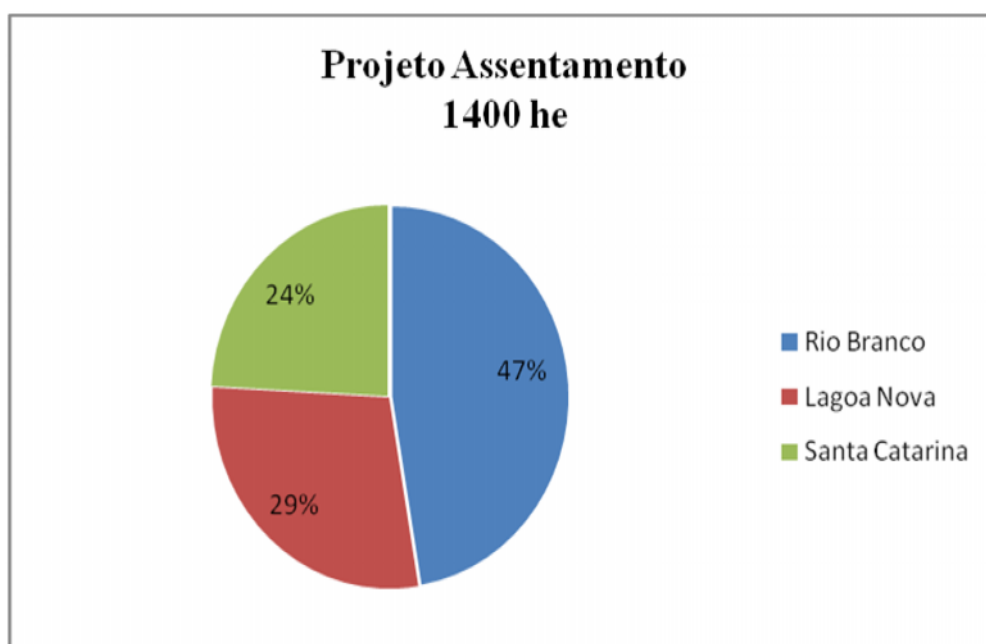


Figura 01: Assentamentos rurais pesquisados
Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que a quantidade de hectares destinada às atividades desenvolvidas nas propriedades relatadas pelos proprietários deu-se através das respostas, conforme mostra os dados tabulados na Figura 02, demonstrando sempre o valor em porcentagem agregado os assentamentos Lagoa Nova, Rio Branco e Santa Catarina. Nos dados apurados, 63,43% das áreas das propriedades tem pastagem, o que totaliza 888 hectares destinados a pastagem; 19,07% das áreas das propriedades têm algum tipo produção destinadas à agricultura, equivalente a 267 hectares; outros 12,5% das áreas identificam sendo mata, a qual é destinada à reserva legal ou área de preservação permanente, demonstrado na Figura 06, uma área de 175 hectares de uma amostra de 1.400 hectares e 5% sendo áreas que não existe nenhum tipo de especificação, área que totaliza 70 hectares.

O que demonstra esses dados na Figura 02, delinear que predominância nas atividades desenvolvidas nas propriedades gira em torno da pecuária.

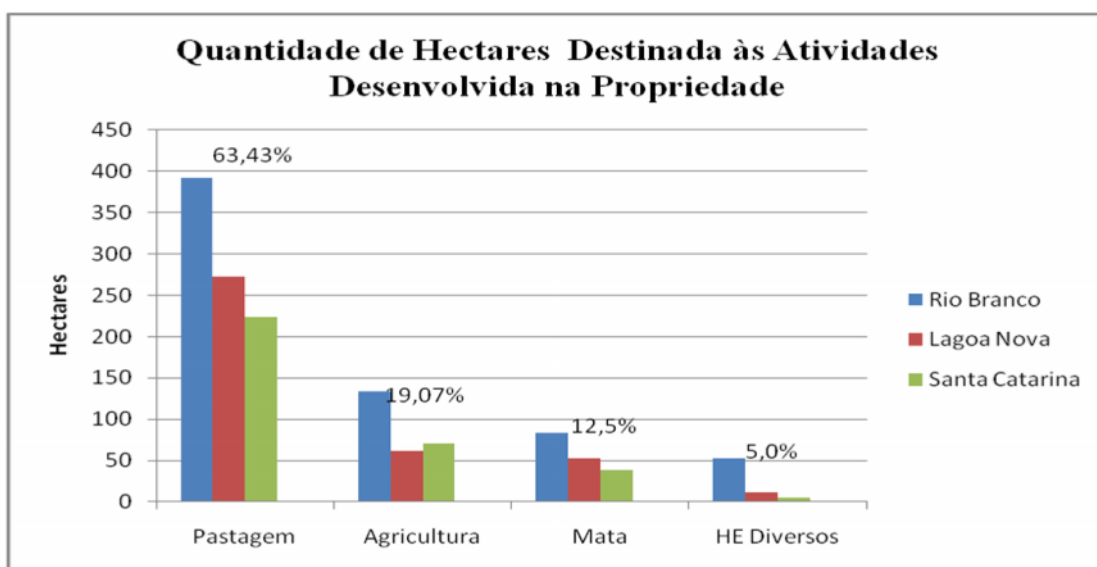


Figura 02: Área destinada a produção nas propriedades pesquisadas
Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 03 apresenta que 84,48% das propriedades desenvolvem a Pecuária Leiteira, que o produto é o leite *in natura*, comercializado aos laticínios; 27,59% desenvolvem a Pecuária de Corte; 74,14% desenvolvem Lavoura Permanente, lavouras como Banana, Cacau, Café e Urucum, salienta-se que são áreas em produção pequenas escala que fariam à área de 1/2 hectare 3 hectares, dependendo da propriedade o mesmo percebe em 20,69% que desenvolvem atividade na produção de Lavoura Temporária (lavoura branca), que são plantio de Arroz, feijão, mandiocas, milho e amendoim e 1,72% desenvolve atividade com plantas leguminosas de folhas e frutos, que pode ser denominado hortifrutigranjeiros.

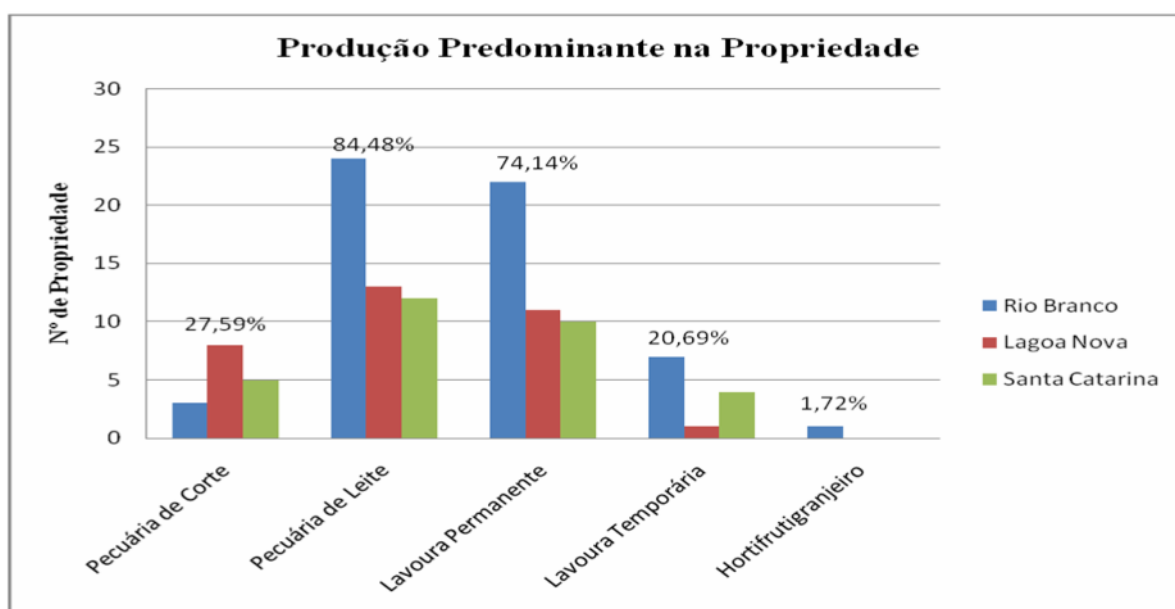


Figura 03: Produção predominante
Fonte: Dados da pesquisa

A manutenção das atividades desenvolvidas nas propriedades visitadas revelou que são realizados pelos proprietários e familiares não havendo nenhum tipo de empregado fixo, que seja remunerado, de acordos com os dados que se apresentam na Figura 04 o quantitativo de pessoas que trabalham na propriedade, 51,72% das propriedades variam de 1 a 3 pessoas trabalhando diretamente na propriedade; de 4 a 6 pessoas são 41,38% das propriedades e 6,9% das propriedades são acima de 6 pessoas que trabalham na propriedade.

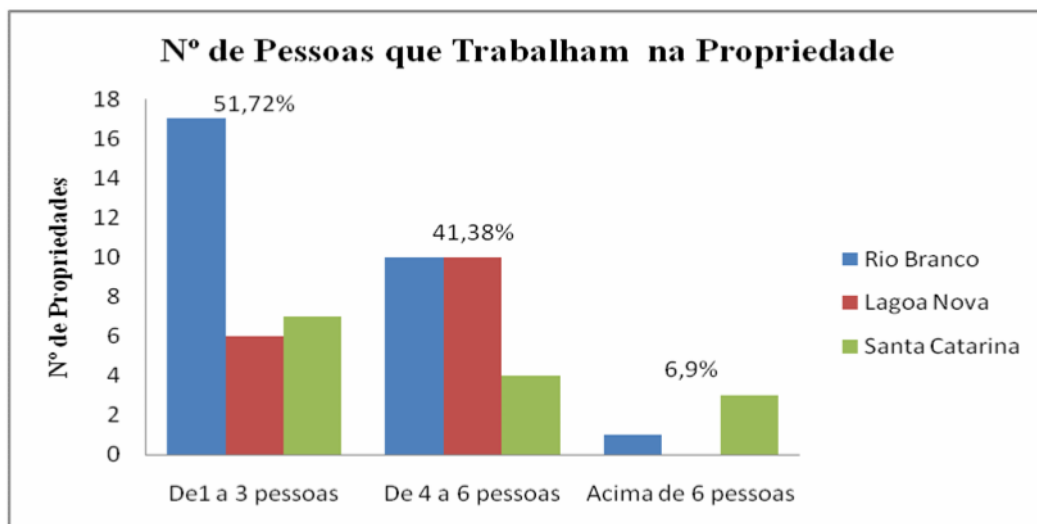


Figura 04: Número de trabalhadores
Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 05 esboça os tipos de cursos d'água predominante nas propriedades rurais, denomina 68,97% das propriedades existe uma ou mais nascentes; 41,38% das propriedades têm rios que passam dentro da propriedade e 8,62% informaram possuir açudes em suas propriedades.

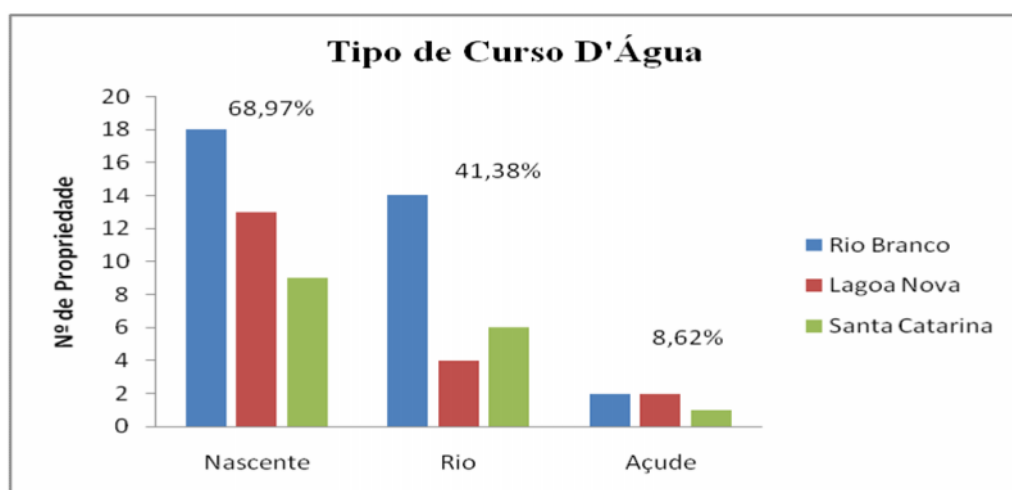


Figura 05: Cursos d'água das propriedades
Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 06, exibe-se o tamanho da área de preservação permanente as margens dos cursos d'água informados pelos proprietários de imóveis rurais, no tange que amostra, a figura descreve que 37,93% mantém aproximadamente 10 metros às margens do cursos d'água, a mesma percentagem informam que deixam 50 metros, diferenciam na apenas proporção das propriedades de um projeto para outro e 5,17% das propriedades apresentam as margens dos cursos d'água, 100 metros de áreas de preservação permanentes.

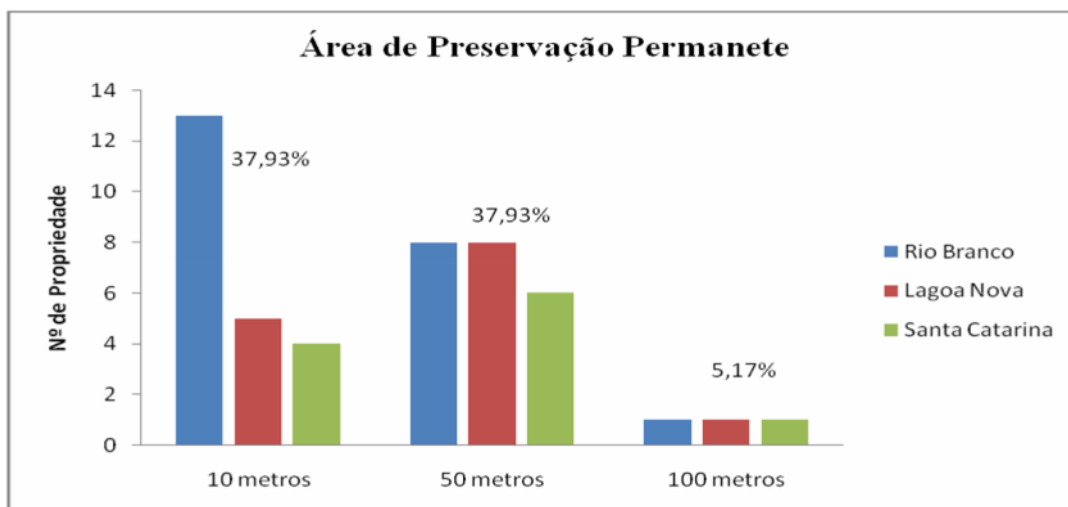


Figura 06: Área de Preservação Permanete
Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se o desconhecimento das leis que regem as questões ambientais por parte dos proprietários dos imóveis rurais pesquisados, pois ao serem questionados a respeito da Reserva Legal informaram que reservas são pertinentes as áreas de preservação permanente, não sabendo que o Código Florestal faz menção a Reserva Legal independente da área de preservação permanente, a menos que a propriedade ultrapasse os 80% de reserva, casos que não se adéqua aos assentamentos em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas propriedades rurais localizadas nos projetos de assentamentos Lagoa Nova, Rio Branco e Santa Catarina foram consolidados no ano 2001, que se originaram de terras de fazendas desapropriadas para fins de reforma agrária, sendo distribuídas às famílias em lotes de aproximadamente de 25 hectares (10 Alqueires) com fins de interesse social.

Percebe-se na condução das atividades desenvolvidas nas propriedades e nas conversas informais com as famílias, o desconhecimento da legislação ambiental e o que seria

desenvolvimento sustentável. Mas há preocupação com meio ambiente, há necessidade de auxílios técnicos, como orientação no modo de trabalhar, seja na área da pecuária ou agrícola, pois, trabalha de forma rústica, mas conscientes ao admitir que as propriedades adéquem a legislação ambiental e, ao mesmo tempo preocupa por não ter o conhecimento de tais normas e forma de adaptar sem restringir a renda familiar.

Salienta-se que as famílias possuem apenas o imóvel rural com fonte de subsistência, diligentemente a posse da propriedade deu-se em áreas que já havia degradação ao meio ambiente, pelo fato que a legislação de décadas passadas permitia desmatar até 75% dos imóveis rurais.

Constata-se a urgência de aproximar as informações a respeito às normas ambientais aos proprietários e seus familiares, de modo a orientar e aperfeiçoar suas atividades proporcionando o aproveitamento das áreas no manuseio da produção desenvolvida neste espaço. Agregar conhecimento às famílias, que irão refletir na condução do desenvolvimento da propriedade na forma de ser sustentável sem agredir o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Sistema de gestão ambiental isso 14000/04 comentada: guia prático para auditoria e concursos**. Rio de Janeiro: 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 62/2009, pelo Decreto n^o 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BURSZTYN, Marcel et al. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. Brasileira, 1993. Organizador Marcel Bursztyn.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Legislação agrária**: estatuto da terra e legislação complementar selecionada pelos autores, código florestal e leis posteriores. 17. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resoluções do conama**: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008 – 2. ed. / Conselho Nacional do Meio Ambiente. – Brasília: Conama, 2008. Disponível em: <www.mma.gov.br/conama>. Acesso no dia 02 de setembro de 2010.

GORBACHEV, Mikhail Segeevitch. **Meu manifesto pela terra**. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008. Tradução do russo Zóia Prestes.

GURGACZ, Acir. **Reserva Legal**: preservação dos direitos dos pioneiros de Rondônia. Projeto de Lei 144/2010. Brasília: Senado Federal, 2010.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. **A lei da natureza**: lei de crimes ambientais. Brasília: IBAMA, 1998.

IWASAKI, Micheli Mayumi. **Função social da propriedade rural e proteção jurídica do meio ambiente**. a. 2, v. 1, n. 2, ago./dez. Curitiba: Revista Eletrônica do CEJUR, 2007.

KRAEMER, Maria Elisabeth e TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contabilidade e gestão ambiental**. 1. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 15. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MAWHINNEY, Mark. **Desenvolvimento sustentável**: uma introdução ao debate ecológico. São Paulo: Ed. Loyola, 2005. Tradução: Cláudio Queiroz.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de economia**. 2. ed. 4. reimp. São Paula: Atlas, 1997.

OBRAS CONSULTADAS

ARAÚJO, Massilan J. **Fundamentos de agronegócio**. 2. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BORGES, Creunice, [et al]. **Manual de Orientações para elaboração e apresentação de Projetos de Pesquisa**: Curso de administração e ciências Contábeis. Fundação Universidade Federal de Rondônia [s.n], *Campus* de Cacoal, 2007.

NEVES, Estela, TOSTES, André. **Meio ambiente**: a lei em suas mãos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

NEVES, Marcos Fava, ZYLBERSZTAJN, Decio e NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 sistema de gestão ambiental**: implantação objetiva e econômica. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.